



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ

**ARQUIVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (BELÉM): desafios e
perspectivas no tratamento documental.**

Belém, PA
2022

EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ

ARQUIVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (BELÉM): desafios e perspectivas no tratamento documental

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia, em consonância com a Instrução Normativa 01/2022 - PROEG/UFPA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iane Maria da Silva Batista

Belém, PA
2022

EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ

ARQUIVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (BELÉM): desafios e perspectivas no tratamento documental

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia, em consonância com a Instrução Normativa 01/2022 - PROEG/UFPA.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Iane Maria da Silva Batista
Orientadora - FAARQ/ ICSA / UFPA

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido
Examinador Interno - ICSA/ UFPA

Prof^a. Dr^a. Monica Tenaglia
Examinador Interno - FAARQ / ICSA/ UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me conduzir nesta trajetória, onde sempre me amparou nas angústias, e demonstrou seu cuidado me presenteando com pessoas maravilhosas.

Agradeço a mim por nunca ter desistido, mesmo nos momentos mais sombrios.

Agradeço aos meus pais Nádia e Manoel que sempre me apoiaram com amor na minha jornada, e apesar das dificuldades nunca mediram esforços para me educar.

Agradeço aos meus amados irmãos Luiz Henrique e Marcos Vinícius pelo companheirismo diário e palavras de motivação.

Agradeço ao meu amado Jhonata por todos os conselhos, carinho e paciência.

Agradeço às minhas duas avós Sandra e Terezinha que cuidaram de mim na infância.

Aos amigos que fiz na FAARQ, que tornaram minha trajetória menos árdua, obrigada por serem mais que amigos, Clarisse, Izabela, Josué, Maria, Cristhian, e Rayssa.

Agradeço a todo corpo docente da FAARQ por esses 4 anos de aprendizado, em especial ao Prof. Dr. Gilberto Cândido por seus conselhos que levarei para toda vida.

Agradeço a todas as instituições das quais fiz parte como estagiária, em especial aos amigos e profissionais que contribuíram com a minha formação.

À minha orientadora Prof. Dr^a Iane Batista pela oportunidade de me permitir fazer parte de seu projeto como bolsista, e por todos os conselhos e correções, me orientando neste trabalho com toda paciência e competência.

Aos membros da banca Prof. Dr. Gilberto Cândido e Prof^a. Dra^a Mônica Tenaglia.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência desenvolvida como bolsista de iniciação científica junto ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Belém, instituição que ao longo de sua trajetória produziu um acervo significativo registrando as lutas camponesas pela terra. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso por meio dos quais se efetuou uma análise histórico-arquivística da formação, organização e os usos do arquivo da CPT com a finalidade de elaboração de instrumentos de pesquisa para sistematização, difusão e preservação do seu acervo. Como resultado deste trabalho foi possível identificar os desafios voltados ao tratamento documental e contribuir com o diagnóstico e rearranjo dos documentos relacionados ao tema do trabalho escravo. Conclui-se que o arquivo da CPT constitui um importante patrimônio documental para pesquisas acadêmicas e preservação da memória dos movimentos sociais camponeses na Amazônia. Para isso, é basilar o tratamento desta documentação de modo a promover uma melhor organização por meio de técnicas arquivísticas, fomentando assim, a preservação e a difusão desses documentos à sociedade.

Palavras-Chave: Comissão Pastoral da Terra. Arquivo. Movimentos Sociais. Tratamento Documental.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the experience developed as a scientific initiation scholarship holder with the archive of the Pastoral Land Commission (CPT) of Belém, an institution that throughout its trajectory has produced a significant collection recording peasant struggles for land. The methodology used consisted of bibliographical and documental research and a case study through which a historical-archival analysis of the formation, organization and uses of the CPT archive was carried out with the purpose of elaborating research instruments for systematization, dissemination and preservation of its collection. As a result of this work, it was possible to identify the challenges related to the treatment of documents and contribute to the diagnosis and rearrangement of documents related to the issue of slave labor. It is concluded that the CPT archive constitutes an important documentary heritage for academic research and preservation of the memory of peasant social movements in the Amazon. For this, it is fundamental to treat this documentation in order to promote a better organization through archival techniques, thus promoting the preservation and dissemination of these documents to society.

Keywords: Pastoral Land Commission. Archive. Social movements. documentary treatment.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	11
2.1	Breve histórico da CPT.....	11
2.2	Perspectivas da organização documental na CPT.....	14
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
	REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Em sua origem histórica, os arquivos estão relacionados à escrita, à burocracia e ao registro de atos administrativos. Os arquivos reúnem, assim, os documentos produzidos e acumulados por uma determinada instituição, oriundos do exercício de suas atividades e atribuições ao longo de sua existência. Delmas (2010, p. 21) destaca quatro utilidades centrais dos arquivos, a saber: provar, lembrar-se, compreender e identificar-se “provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária; lembrar-se é uma utilidade de gestão; compreender é uma utilidade científica de conhecimento; identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social”. Em consonância com esse pensamento estão os ensinamentos de Pollak (2017, p. 3), segundo o qual a memória “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento”.

Simioni (2018, p. 21) evidencia que “[...] os arquivos não são produtos passivos de uma somatória de documentos acumulados por grupos ou sociedades humanas de modo neutro [...]”. Por sua vez, Simson (2013) destaca que a memória coletiva é instituída por fatos selecionados pelos grupos dominantes, onde está memória é configurada como memória oficial, entrando em contraponto às memórias subterrâneas que equivalem a grupos marginalizados. Portanto, o arquivo e seus documentos são resultados das relações de poder exercidas pela classe dominante, em que estes selecionam a memória coletiva de dada sociedade.

Nesse sentido, arquivos que registram as atividades dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos sociais camponeses, além de preservar a memória desses grupos sociais, geralmente invisibilizados e silenciados, são fundamentais para o conhecimento de outras perspectivas das experiências sociais para além das privilegiadas nas narrativas oficiais.

Camoleze (2022) afirma que os arquivos derivados de movimentos sociais são resultado da produção de seus documentos que demonstram seu exercício, organicidade, que reflete sua organização e estrutura, em que estão inseridos na sociedade à qual pertencem.

As memórias subterrâneas correspondem às chamadas minorias como mulheres, homossexuais, povos tradicionais entre outros. Em decorrência disso, a fim de estabelecer a igualdade e sanar injustiças, se manifestam de várias formas

com intuito de transformar o cenário controverso no qual se encontram (CAMOLEZE, 2022). Com a popularização dos movimentos sociais, foi possível trazer à luz da sociedade as memórias subterrâneas de grupos historicamente excluídos, em que estes reestruturaram sua memória, efetivando-as no arquivo.

Posto isto, destacam-se os arquivos derivados de movimentos sociais que em sua maioria encontram-se no anonimato, fruto de um passado marcado pela marginalização e esquecimento provocado pelos detentores do poder, onde esses, a fim de favorecer seus próprios interesses, elegem o que vai ser lembrado e preservado.

O caráter marginal ao qual esses arquivos foram relegados por muito tempo está associado à forma como os próprios movimentos sociais que os produzem são vistos pela sociedade, que os associa ao vandalismo e à criminalidade. Desse modo, trabalhadores rurais, sem-terra, quilombolas, indígenas e outros, por um longo período, tiveram suas histórias silenciadas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), objeto deste estudo, atua prestando assessoria às comunidades vítimas de conflitos no campo no Brasil. Por meio de sua atuação junto às comunidades rurais, as lutas camponesas tiveram maior visibilidade, inclusive em âmbito internacional com as denúncias realizadas contra os direitos humanos e a assistência promovida a esses trabalhadores rurais.

Deste modo, a CPT possui diversas ramificações pelo Brasil. No estado do Pará ela encontra-se localizada na Travessa Barão do Triunfo, 3.151, no Bairro do Marco - Belém, nas dependências da sede da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O Arquivo da CPT Belém comporta inúmeros documentos relacionados a ocorrências em várias cidades do estado, com temáticas atreladas aos trabalhadores rurais e aos conflitos fundiários, destacando-se a grilagem de terras, trabalho escravo, desmatamento da Amazônia entre outros.

Assim, a CPT dispõe de um arquivo com uma vasta variedade de espécies documentais. Todavia, esses documentos estão dispostos sem tratamento documental adequado, encontrando-se comprometidos pela má acomodação e organização, além de não disporem de um profissional técnico responsável pela sua custódia.

A fim de que o arquivo cumpra sua função de tornar suas informações acessíveis ao público, é necessário um tratamento documental eficaz, em que esses documentos estejam devidamente classificados, preferencialmente preservados em

um ambiente digital a fim de que este apresente um maior alcance para propagar suas informações. No caso da CPT, esta medida se faz necessária com certa urgência considerando que muitos documentos estão perdendo a legibilidade devido à ação do tempo.

De acordo com o Arquivo Nacional (2005, n.p.), o tratamento documental em arquivos está relacionado "às atividades de identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos." Com isso, o tratamento documental por meio de uma organização concreta permite uma melhor recuperação da informação e preservação de seus documentos.

Desse modo, é importante destacar o tratamento documental como estratégia fundamental para aprimorar a organização, o acesso e os usos do arquivo da CPT-Belém, já que o mesmo possui um patrimônio documental valioso para pesquisas acadêmicas e preservação da memória das lutas camponesas na Amazônia paraense nas últimas décadas.

Posto isso, o presente trabalho é resultado de minha experiência como bolsista de iniciação científica junto ao Projeto **Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: O acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018)**, aprovado pelo Edital Pró Doutor da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Professora Iane Maria da Silva Batista, da Faculdade de Arquivologia. O plano de trabalho vinculado ao projeto foi desenvolvido entre 2019 e 2020, com o objetivo de subsidiar a elaboração de instrumentos de pesquisa para sistematização do acesso, consulta, divulgação e preservação, a partir de uma análise histórica e arquivística da formação, organização e uso desse acervo.

Infelizmente, devido à pandemia do novo *coronavírus*, que limitou o acesso àquele espaço, inclusive em razão da idade do responsável pelo arquivo, que é septuagenário, impossibilitou qualquer contato presencial entre os meses de março e setembro de 2020, os objetivos propostos não foram plenamente alcançados, mas nas limitações existentes foi possível identificar alguns dos principais desafios relacionados ao tratamento documental deste acervo, bem como, contribuir na elaboração de um diagnóstico por meio da documentação relacionada ao trabalho escravo no campo.

A metodologia utilizada na pesquisa foi de caráter exploratório e estudo de caso no arquivo da Comissão Pastoral da Terra em Belém. Assim, propôs-se realizar uma análise histórico-arquivística do acervo documental da CPT/Belém, a partir dos

processos históricos que levaram ao seu surgimento e da identificação das especificidades dos documentos custodiados, dos critérios utilizados na sua organização, e ainda as lacunas existentes na gestão documental, com o objetivo de subsidiar a elaboração de instrumentos de pesquisa para sistematização do acesso, divulgação e preservação do acervo.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Breve histórico da CPT

A pesquisa bibliográfica que norteou a execução do projeto na perspectiva histórica, revelou que o avanço do capitalismo para o campo fomentou diversos conflitos, destacando-se a ação do estado brasileiro que cedeu terras no interior do país a latifundiários e grandes empresas extrativistas e mineradoras com o objetivo de alavancar a exploração de recursos naturais e colonizar essas áreas.

Nesse sentido, no contexto da ditadura civil militar (1964-1985) Neto Joaroni (2019, p. 103) enfatiza que:

Nessa configuração econômica, os estados que fazem parte da Amazônia brasileira serão vistos como áreas de “fronteira agrícola”, que se abrem a novos investimentos – e reserva de valor, com a alta da renda da terra– integrados ao mercado capitalista. Os projetos de colonização, neste contexto, representam ações efetivas de deslocamentos programados e mesmo não programados de grupos sociais para várias áreas emergentes de colonização na região amazônica.

Em vista disso, grandes empresas privadas foram atraídas para o interior do Brasil, sobretudo na Amazônia, para beneficiar-se entrando em confronto com a população que habitava essa região. Logo os trabalhadores rurais que viviam da terra foram envolvidos em conflitos, que comprometeram suas condições de existência e a própria permanência em seus territórios. Naquele contexto, foram criadas diversas entidades voltadas às causas minoritárias e subalternas no país, onde se evidencia a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT foi fundada em 1975. Ligada à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), a Pastoral configura-se como uma instituição não governamental, cuja criação foi estimulada com o avanço dos conflitos agrários no Brasil. Diante das políticas governamentais voltadas a uma suposta “ocupação” da Amazônia - já ocupada secularmente por indígenas, assentados, quilombolas, extrativistas - a Comissão Pastoral da Terra prestou apoio jurídico a essas populações, identificando suas demandas, denunciando e registrando os impactos das políticas desenvolvimentistas sobre seus modos de vida. A Pastoral possui ligação direta com a diocese católica de cada região, sendo ela dirigida por um bispo

local. No entanto, nem todas as regionais dispõem de uma boa estrutura, contando em alguns casos somente com voluntários.

Embora conte com funcionários assalariados em algumas sedes, a maioria dos membros da CPT são voluntários que se identificam com a causa. Ela se mantém com ajuda de projetos apoiados por agências internacionais de cooperação e doações.

A CPT possui um caráter missionário, se guiando pelos princípios da Teologia da Libertação, caracterizada por Corso (2012, p. 19) como “uma expressão teológica da experiência gerada pelo Cristianismo de Libertação. Trata-se de uma reflexão teológica partindo dos pobres e em favor de sua libertação de toda miséria e exploração.”

Desta forma, ela visa agregar a comunidade camponesa vítima dos conflitos agrários, prestando assessoria e proporcionando meios para que elas alcancem seus direitos, lutando incessantemente em meios aos conflitos, elaborando estratégias de resistência com o povo. Seu principal desígnio é dar protagonismo a esses grupos.

Neste sentido, a CPT desde o início de sua existência cuidou de documentar cada relato de violência e conflitos ocorridos no campo, tornando-se uma importante e confiável fonte de registro desses processos. A metodologia utilizada nos primeiros anos da CPT para registrar esses eventos é pormenorizada abaixo:

[...] quanta história ficaria perdida se não classificássemos os muitos conflitos pela terra! Também a história viva do presente precisava disso. O país devia e deve conhecer a realidade das injustiças no campo. a tragédia de tantas famílias que ficam sem casa e sem trabalho, os feridos e os mortos, vítimas da violência, numa sociedade sem direitos e sem respeito pela pessoa. Iniciamos manualmente essa tarefa, ainda sem o precioso auxílio do computador e da internet. Um trabalho que eu assumi com entusiasmo e fidelidade e que depois continuou, muito mais perfeito, nas mãos de quem veio depois. As notícias chegavam das Regionais, mas também de grupos locais. Recebíamos denúncias, cartas, páginas de jornais nacionais e regionais, semanários, revistas, boletins diocesanos e paroquiais. Tudo era anotado: o local dos acontecimentos, as datas, os nomes dos trabalhadores que sofreram as agressões e outras pessoas envolvidas, como os fazendeiros, os executores da violência - jagunços, polícia - os mandantes, os encaminhamentos judiciais [...] Cada folha trazia o nome do conflito que crescia como um mosaico de dados que se juntavam, corrigiam, enriqueciam até chegar a um quadro, o mais certo e mais real possível. (ALDIGHERI, 2015, p. 23).

Nessa perspectiva, a CPT produziu um acervo diversificado pautado na vida desses trabalhadores rurais e sua trajetória em busca dos seus direitos e justiça. Sendo assim, a CPT realiza pesquisas e recolhe todo tipo de registro voltado à questão das lutas agrárias, produzindo todos os anos uma publicação chamada Caderno de Conflitos, no qual ela apresenta dados estatísticos sobre a violência, crimes ambientais e mortes por conflitos fundiários.

As publicações dos Cadernos de Conflitos se consolidaram como ato de resistência, no qual estes revelam as nuances do capitalismo com o avanço truculento do agronegócio.

Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretária Nacional, em Goiânia. Essas são as fontes de nossos registros. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT, 2005, p. 216).

Desse modo, a CPT foi fundamental na coleta de dados sobre conflitos agrários, e a publicação anual do seu Caderno de Conflitos foi importante para dar visibilidade à dimensão da violência perpetrada contra comunidades camponesas da Amazônia e de outras regiões do país, que até então eram invisibilizados ou considerados irrelevantes para a mídia e outras entidades oficiais. (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Lima (2016, p.171), em referência a CPT, argumenta que “essa foi a única entidade a realizar amplamente pesquisas sobre a questão agrária em âmbito nacional, tornando-se uma das mais importantes fontes de estudos [...] que tratam das lutas camponesas. ” Neste sentido, os registros publicados anualmente permitem que as histórias não contadas de violência e dominação no campo se desenvolvam para ampliação de pesquisas na área das Ciências Sociais.

Posto isso, a CPT dentro de suas limitações cuidou de catalogar todos esses dados, onde dependendo de sua regional foi possível contar com um banco de dados propiciando uma sistematização de seu acervo, como no caso do Centro de

Documentação Dom Tomás Balduino,¹ em Goiânia, o qual encontra-se disponível na internet, e o segundo, o acervo da CPT localizado no município de Xinguara, no sudeste do Pará.

O acervo da CPT Belém ainda dispõe de dificuldades relacionadas ao tratamento de sua documentação no arquivo, visto que a mesma possui uma elevada massa documental, onde parte de seu suporte encontra-se desgastado pela má acomodação e efeito de pragas sobre o papel.

Apesar da falta de uma gestão documental norteada por princípios arquivísticos, o acervo da CPT Belém salvaguarda a memória das lutas camponesas de algumas regiões do estado do Pará, sendo importante salientar que uma parte significativa do acervo é composto por recortes de Jornal e diversas espécies documentais sendo estas: petições judiciais, denúncias, ofícios, dossiês, fotografias e outros.

2.2 Perspectivas da organização documental na Comissão Pastoral da Terra

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. [...] Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos [...]. (UNESCO, 2010, *online*).

Para que o arquivo exerça seu papel efetivo dentro das instituições, é basilar o tratamento documental em seu acervo, em que este se utilize das técnicas arquivísticas para então garantir o acesso de suas informações à sociedade.

Desse modo, Couture e Rousseau (1982, NÃO PAGINADO) em referência ao tratamento documental destacam:

¹ Comissão Pastoral da Terra - Início (cptnacional.org.br)

Uma política de tratamento de documentos é a forma concreta e estruturada de organizar os meios que permitirão o tratamento eficaz e rentável de documentos deve ter como finalidade a planificação, o estabelecimento e manutenção de todos os meios (regulamentação, estrutura, programa) que tornem possível um controle racional, eficaz e rentável da criação, utilização, recuperação e conservação de documentos que esta administração produz/recebe de suas atividades.

Por conseguinte, no contexto do Projeto de Pesquisa Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: O acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018), da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), viabilizou-se o diagnóstico arquivístico do acervo, realizou-se pequenos reparos em alguns documentos que se encontravam em avançado estado de deterioração, e efetuou-se a reestruturação das pastas com o tema trabalho escravo.

O arquivo da CPT segue uma lógica interna de organização idealizada anteriormente por uma bibliotecária que atuou na instituição em meados de 1980. Assim, a gestão do acervo desde sua formação não foi direcionada dentro dos padrões arquivísticos que poderiam possibilitar uma melhor organização, acesso, preservação e difusão do acervo.

Durante a pesquisa no acervo, foi encontrado um relatório deixado pela antiga responsável pelo arquivo, por meio do qual foi possível compreender a organização idealizada anteriormente. O relatório se refere à década de 1980, no qual a agente retrata as vivências no arquivo, voltadas à formação do acervo e o recebimento de documentos.

Esta organização idealizada outrora pela bibliotecária, segue fundamentada em ordem alfabética classificada por assunto, e municípios do estado do Pará. Assim, Aviz (2020, p. 18) ressalta “ Atualmente o acervo é formado por mais de 400 pastas no formato A/Z e 45 volumes encadernados dispostos em estantes de madeira ao redor de uma sala de tamanho mediano. ”

Posto isto, após o diagnóstico do acervo e a identificação dos documentos, optou-se por aprofundar os estudos bibliográficos, e efetuar uma análise comparativa com base em outros acervos da CPT, sendo o primeiro a plataforma digital da CPT nacional, custodiada no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, em Goiânia, a qual encontra-se disponível na internet, e o segundo, o acervo da CPT localizado no município de Xinguara, no sudeste do Pará.

Desse modo, realizou-se a identificação e análise de documentos e bibliografias que registraram as diretrizes e o processo de organização desses arquivos em busca de melhor conduzir o tratamento documental do acervo da CPT/Belém, no qual visava-se realizar a descrição dos documentos, criação de inventário e catalogação dos tipos documentais.

No final do mês de setembro de 2020, num contexto de flexibilização do isolamento social por parte das autoridades administrativas e sanitárias, e após uma reforma realizada na sala do arquivo, foi possível retornar às dependências físicas do mesmo.

Diante das dezenas de pastas existentes divididas por uma grande diversidade de temas e localidades, foram selecionadas as pastas temáticas de trabalho escravo, um dos temas de maior relevância às ações pastorais da CPT, com a finalidade de realizar a sua descrição arquivística.

A descrição é definida por Sousa (2006, p. 41) como:

[...], ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.), os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os gerou.

Assim, o resultado dessa reorganização refere-se à identificação dos subtemas e tipos documentais presentes nas pastas sobre trabalho escravo. A pesquisa in loco identificou 8 pastas com essa temática, cada uma contendo dezenas de registros documentais, incluindo recortes de jornais.

Inicialmente, foi feita a separação dos recortes dos demais registros, passando-se a seguir para a atividade de descrição. Foram catalogadas diversas espécies documentais, a saber: cartas, petições judiciais, denúncias, depoimentos, processos, dossiês, ofícios, certidões, declarações, folders/folhetos, formulários, memorandos, atos normativos, panfletos entre outros.

A atividade de separação e descrição das pastas sobre trabalho escravo no campo possibilitou, agora, melhor visualização e sistematização dos documentos. É importante ressaltar que, a partir dessa identificação e com base nas diretrizes de tratamento de acervos arquivísticos da CPT adotadas nos arquivos de Goiânia e de Xinguara, foi possível a elaboração de um instrumento de pesquisa voltado ao tema

do trabalho escravo.

Neste sentido, o projeto de pesquisa colaborou substancialmente na reorganização física da documentação do acervo após reforma do espaço realizada pela instituição, possibilitando um rearranjo das pastas temáticas mais próximo dos princípios arquivísticos, reunindo documentos similares distribuídos em pastas temáticas dispersas e padronizando temas em distintas nomenclaturas.

Devido à natureza dos documentos que a CPT dispõe em seu acervo, essenciais à compreensão das consequências das políticas estatais desenvolvimentistas na Amazônia na segunda metade do século XX (BATISTA, 2016), é fundamental que estes estejam dispostos de uma forma organizada e com o intuito de prolongar sua existência e viabilizar seu acesso e difusão.

Posto isto, é importante ressaltar que a CPT/Belém enfrenta diversos impasses para tornar sua documentação acessível e preservada. Vale ressaltar que poucas regionais apresentam o tratamento adequado para sua documentação. Isto ocorre devido à falta de suporte financeiro para custear todo processo de tratamento documental, que passa pela contratação de profissional especializado na área até a aquisição de equipamentos básicos como caixas arquivo, computador e scanner.

No arquivo da CPT/Belém alguns documentos encontram-se em avançado estado de degradação. Alguns documentos, cujo suporte já se encontra desgastado e fragilizado, possuem mais de 50 anos. Em decorrência disso, alguns registros antigos datilografados estão perdendo a cor, tornando o documento ilegível. Outro revés é a má acomodação dos documentos, que se encontram alocados em pastas tipo A/Z. Enfatiza-se, que grande parte dos documentos se encontram misturados com recortes de jornal, visto que o mesmo acaba por danificar o suporte dos demais documentos com manchas amareladas.

Outro fator a se considerar é a ausência de mão de obra para realizar o tratamento documental em conformidade com as técnicas arquivistas. Além disso, não existem mecanismos de controle de acesso aos documentos, o que pode facilitar a ação de furtos por pesquisadores mal-intencionados, já que estes podem ficar sozinhos nas dependências do acervo, sem monitoramento.

A existência de materiais de manuseio, equipamentos como computador e impressora facilitariam o processo de descrição. Por outro lado, a substituição das pastas A/Z por caixas arquivo minimizaria a deterioração dos documentos.

Apesar dos desafios enfrentados no decorrer deste projeto, o mesmo teve

desdobramentos positivos, inclusive no contexto de um componente curricular do Curso de Arquivologia. Em uma atividade de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), como parte de uma atividade avaliativa, alguns discentes efetuaram a digitalização de alguns documentos do arquivo em um scanner confeccionado manualmente possibilitando a captação de imagem por meio de uma câmera de celular. Esta iniciativa evidenciou a possibilidade de replicação em localidades sem acesso a aparelho de scanners, onde agentes da Pastoral poderiam digitalizar os documentos de modo mais simplificado.

Além disso, o acervo da CPT viabilizou por intermédio deste projeto que um docente da FAARQ utilizasse os documentos do acervo para a análise documental de sua tese de doutorado.² Destaque-se, ainda, que este trabalho foi submetido e apresentado no Seminário de Iniciação Científica (SEMINIC) da UFPA³, e evento da Associação Nacional de História (ANPUH), tendo sido publicado como capítulo de livro em formato e-book.⁴

Dessa maneira, ainda que o trabalho tenha sido bastante prejudicado pelas limitações impostas pela pandemia, além das atividades relacionadas a diagnóstico e descrição, o projeto de pesquisa propiciou visibilidade ao acervo, em especial no contexto da Arquivologia. Há perspectivas, inclusive, de execução, a partir do ano de 2023, de um projeto de extensão voltado à gestão documental deste arquivo, a partir da assinatura de Termo de Cooperação entre a UFPA e a CPT.

² <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192628>

³ Disponível em: XXXI Seminário de Iniciação Científica da UFPA. Acesso em: 4 dez. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.editoracabana.com/cole%C3%A7%C3%A3o-anpuh>. Acesso em: 4 dez. 2022.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por salvaguardar registros de movimentos sociais camponeses, especialmente relacionados a conflitos fundiários, o arquivo da CPT constitui uma referência importante tanto de preservação das memórias desses movimentos, como de fonte documental para a escrita de uma história mais plural, que considera as perspectivas dos grupos sociais marginalizados.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documental evidenciou-se que o acesso atualmente possível aos acervos das regionais de Xinguara e da CPT nacional em Goiânia só foi possível, pois as mesmas tiveram apoio de instituições de ensino, pesquisa e extensão, as quais alocaram recursos técnicos e humanos em um processo de tratamento documental.

Desse modo, entende-se, até mesmo pela dimensão do acervo, que se não houver apoio externo o arquivo da CPT Belém continuará acessível apenas para poucas pessoas, geralmente pesquisadores de movimentos sociais. A experiência de Xinguara, que contou com o suporte da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), por intermédio de convênio interinstitucional, pode servir como inspiração para uma iniciativa semelhante por parte da UFPA, por exemplo.

Isto permitiria concluir o processo de descrição que foi iniciado com as pastas com o tema trabalho escravo, criação do inventário e digitalização desses documentos, e posteriormente a disponibilização desses documentos em uma plataforma digital similar à do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que se encontra no *web site* da CPT nacional.⁵

Posto isso, as vivências experimentadas no arquivo da CPT me proporcionaram grande aprendizado, profissional e individualmente. A documentação por ele salvaguardada me provocou um olhar mais sensível e responsável sobre cada história que é contada, entendendo o valor e o significado do arquivo na sociedade. Nesse sentido, pude perceber in loco a relevância e sensibilidade dos arquivos de movimentos sociais no contexto arquivístico, considerando a construção de narrativas históricas mais diversificadas e menos hegemônicas.

⁵ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 4 dez. 2022.

Por fim, almeja-se que este trabalho sirva de alerta à urgência em se implementar um processo de gestão documental no arquivo da CPT de modo a assegurar que a riqueza e diversidade de seus registros sejam preservados e, sobretudo, acessados pela sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALDIGHIERE, Mário. Vida, memória histórica e registros; *In*: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **conflitos no campo Brasil**, 2014, Goiânia, GO; São Paulo: CPT/Editora Expressão Popular, 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27-100. (Publicações técnicas, 51).
- AVIZ, Emanuelle França de; SANTOS, Geovanna Figueiredo dos. Documentando a luta pela terra na Amazônia Paraense: o acervo da CPT Belém. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA - ANPUH Pará. Arquivos, documentos e sociedade: formação, trajetória e uso dos acervos documentais. (org.). Iane, da Silva; TORII, Leonardo da Silva 12., 2021, Belém. **Anais** [...]. Belém, PA: Cabana, 2021. 14-24. *Online*.
- BATISTA, Iane Maria da Silva *et al.* A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985). 2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: L8159 (planalto.gov.br). Acesso em: 4 dez. 2022.
- CAMOLEZE, Jean Marcel Caum. **Arquivos e movimentos sociais**: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). [S.l.:s.n.], 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo Brasil**. [S.l.:s.n.], 2005.
- CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida**: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas Décadas de 1980/1990. Irati: Texto contexto, 2012.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Les archives au XXe siècle**. Université de Montréal, Secrétariat général,, 1982.
- CPTNACIONAL. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 4 dez. 2022.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- EDITORACABANA. Disponível em: <https://www.editoracabana.com/cole%C3%A7%C3%A3o-anpuh>. Acesso em: 4 dez. 2022.
- JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de 'colonização' e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IEHS**, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.
- LIMA, Cristiane da Silva; PINHEIRO, Luci Faria. Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará. **SER Social**, v. 18, n. 38, p. 153-176, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39. Acesso em: 10 abr. 2017.

RIBEIRO, Ana Maria Motta *et al.* Os cadernos de conflitos no campo da CPT. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 404-429, 2020.

SEMINÁRIO de Iniciação científica da UFPA. Disponível em: XXXI Seminário de Iniciação Científica da UFPA. Acesso em: 4 dez. 2022.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 19-27, 2018.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 6, p. 14-18, 2003.

SOUSA, Ana Paula de Moura *et al.* Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística. net (www.arquivistica.net)**, v. 2, n. 2, p. 38-51, 2006.

UNESCO. **Declaração universal sobre arquivos**. Oslo: UNESCO, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf.